

A América Central entre duas chinas: da história ao pragmatismo

Avanço de pesquisa em curso

Globalización, integración regional y subregional

Aleksander Aguilar é brasileiro-salvadorenho, graduado em Comunicação Social pela Universidade Católica de Pelotas, licenciado em Letras pela Universidade Federal de Pelotas, mestre em Estudos Internacionais pela *Universitat de Barcelona* e doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: antular@hotmail.com.

Resumo

O presente artigo trata de analisar as presentes tendências das relações comerciais e diplomáticas entre os dois lados do Estreito de Taiwan – da República Popular da China e de Taiwan – com a América Central.

Além do comércio – que interessa com prioridade aos centro-americanos seduzidos por essa extraordinária ascensão chinesa – questão fundamental que permeia essa recente aproximação entre o Istmo e a China é a ainda inusitada importância diplomática da América Central para a RPC. O texto procura compreender qual, de fato, seria o potencial de desenvolvimento para a América Central oferecido por um maior relacionamento comercial com a China, e foca em especial nos relativos significados e implicações dessas novas movimentações econômico-diplomáticas.

Palavras-chave: América Central, República Popular da China (RPC), República da China (Taiwan).

1- A Costa Rica como marco

Tudo começou na Costa Rica. O governo do ex-presidente Oscar Arias estabeleceu um feito histórico em 2007 ao constituir relações diplomáticas com a República Popular da China (doravante também ou RPC, ou apenas China). O passo seguinte foi um Tratado de Livre Comércio (TLC), firmado em 2010.

Era claro para o governo Arias a importância em fazer do seu país o terceiro latino-americano em firmar um TLC com a China, depois de Peru e Chile. "*Asia es la zona del mundo con mayor crecimiento y potencial para los próximos años. Negociando este TLC con China estamos entrando en ese mercado por la puerta grande*", argumentava o ex-ministro de Comercio Exterior, Marco Vinicio Ruiz (*apud* Murillo, 2009), à época da negociação.

A ascensão da China na ordem internacional já é um dos grandes temas do século XXI. Com uma população de mais de um bilhão e 300 milhões de pessoas, China vê suas megalópoles, cidades com mais de sete milhões de pessoas, aumentarem de três, no ano 2000, para 13 até 2020. Segundo o Banco Mundial, o PIB chinês em 2011 foi de US\$ 7.31 trilhões, colocando o país na segunda posição global. É esperado do PIB real um crescimento de 7.6% em média para o período 2013-2017, de acordo com o *Economist Intelligent Unit*, que assevera com tom de obviedade que os temas-chave da economia global a partir de 2013 irão incluir cada vez mais um ainda maior crescimento chinês. Este crescimento, extraordinário, e sua ativa diplomacia permitem que a China transforme o Leste Asiático, e expanda-se se a outras regiões do globo, incluindo – a primeira vista de maneira inusitada – a região geopoliticamente menor do istmo centro-americano.

Inegavelmente, no caso da pequena Costa Rica, o fascínio por um negócio da China, a dimensão comercial chinesa, foi fator determinante da decisão de estabelecer por primeira vez vínculos

diplomáticos com o gigante asiático, ao perceber que as exportações costarriquenhas a China haviam crescido seis vezes desde o ano 2000. O intercâmbio comercial nesse ano entre ambos os países era de US\$ 91 milhões, enquanto que no ano de 2011 alcançou, depois do TLC, US\$ 1,2 bilhão. Hoje praticamente o total das exportações da Costa Rica entram na China sem pagar tarifas alfandegárias.

A relação diplomática com a China trouxe ainda outras formas de recursos do país asiático para a Costa Rica. Em junho de 2013 o presidente da RPC, Xi Jinping, realizou uma visita ao país centro-americano onde fez anúncios de investimentos de dois bilhões de dólares, o que representa 4% do PIB costarriquenho, em infra-estrutura, energia e educação. Entre os projetos estão a construção de uma refinaria de petróleo formada por capital público de ambos os países, o que atende os interesses da China de ter no centro do continente americano uma planta de processamento do petróleo que lhe é fornecido pela Venezuela (BRUSA, 2013).

O estabelecimento de relações diplomáticas da Costa Rica com a RPC foi o resultado de um pragmatismo do governo Arias, ao reconhecer a realidade do significado da China no mundo em termos de crescimento econômico e oportunidades de desenvolvimento, que abriu em outros governos centro-americanos espaço para ponderações sobre a importância, ou necessidade, da presença da China, em detrimento da histórica relação com Taiwan.

2- América Central e Taiwan

A China afirma entender o desenvolvimento como um processo de longo prazo (BO, 2009). A cooperação faz-se um elemento fundamental dessa sua agenda local e global a procura de liderança entre países em vias de desenvolvimento. Na América Central, pode-se dizer, por um lado, que sua visão tem sido a da aprendizagem por meio da pesquisa na busca por inovação e no trabalho conjunto com sócios estratégicos de outras latitudes. Por outro, entendemos porque a América Central converte-se numa aliança estratégica chinesa na região latino-americana baseado no que afirma Carmem Amado Mendes:

As actuais dinâmicas da política externa da República Popular da China (RPC) resultam das suas prioridades internas: assegurar o acesso a recursos energéticos para garantir os actuais níveis de desenvolvimento e evitar o reconhecimento internacional de Taiwan como Estado soberano (MENDES, 2010, p. 39).

Frequentemente com pouco peso em termos de configurações geopolíticas globais, uma das razões pelas quais a América Central, nesse contexto, é importante para a China evidentemente não se dá pela sua atração econômica, ou porque lhe asseguraria segurança energética, senão pela possibilidade que oferece de fazer reduzir-se o reconhecimento oficial que Taiwan possui. Os países centro-americanos formam a principal proporção de nações que ainda mantêm relações diplomáticas com a Ilha asiática.

O status político de Taiwan é uma polêmica internacional que trata da seguinte discussão: ou seu território permanece efetivamente independente como República da China (e usando “Taiwan” entre parênteses), ou unifica-se com os territórios governados pela República Popular da China, ou declara independência formal para tornar-se a República de Taiwan; sendo esta última opção inadmissível para a RPC.

Atualmente, Taiwan, Penghu, Kinmen e Matsu conformam a jurisdição do estado com o nome oficial sendo República da China e sendo mais conhecida como Taiwan. Em 1945 a República da China, que assumiu o controle da ilha Taiwan, governou a China continental antes de ser derrotada na guerra civil chinesa e realocar o seu governo em Taipei, principal cidade da ilha, em dezembro de 1949.

Devido ao sentimento anticomunista no início da Guerra Fria, Taiwan (também chamada de Ilha Formosa) foi inicialmente reconhecida como o único governo legítimo da China pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela maioria dos países ocidentais. A resolução 505 da Assembleia Geral da ONU, de 1952, considerava os comunistas chineses rebeldes contra a República da China. Quase 20 anos mais tarde, no entanto, a resolução 2758 da Assembleia Geral restaurava os direitos da República Popular da China e reconhecia o seu governo como os únicos representantes do povo chinês. Assim, o assento “China” na ONU, em 1971, deixou de ser da República da China, para ser da República Popular da China e a maioria dos Estados soberanos alterou então seu reconhecimento diplomático para a RPC.

Os países centro-americanos, diferentemente do resto da América Latina, e do mundo, não mudaram sua posição de reconhecimento de soberania da República da China para República Popular da China, com a entrada desta nas Nações Unidas. Posteriormente ao deslocamento do governo do Kuomintang (Partido Nacionalista Chinês) à Ilha Formosa, os governos da região, aliados dos Estados Unidos, seguiram a opção de Washington de manter relações com o regime de Chang Kai-shek, que se instalava em Taiwan, e ignorar a RPC, que se iniciava com Mao Tsé-Tung. Era uma decisão que se dava na coincidência ideológica e na visão de mundo dividida entre os dois lados da Guerra Fria, que se consolidou com o embrutecimento dos conflitos internos centro-americanos a partir da década de 1960.

O fim da Guerra Fria coincidiu com as reformas da RPC, que alavancaram seu crescimento econômico e abriram um espaço cada vez maior como um dos atores centrais na arena internacional. Seu ingresso ao mercado mundial aumentou sua capacidade de influência e neste novo contexto, sua política exterior de “apenas uma China”, que impede outros Estados de ter relacionamento ao mesmo tempo com Pequim e Taipei, gerou um maior isolamento do antigo rival. Taiwan conseguiu conservar apenas o reconhecimento de um pequeno grupo de nações, em particular o do istmo centro-americano inteiro. A manutenção desses laços tornou-se, por tanto, de importância estratégica para a Ilha (ibidem, 2004).

Atualmente, Taipei mantém relacionamento informal com a maioria dos países através de agências governamentais que operam como embaixadas *de facto*. Relações diplomáticas oficiais, contudo, Taiwan mantém com apenas 23 estados, incluindo o Vaticano, de acordo com o Ministério Relações Exteriores do país e seis destes são da América Central, o que representa quase a totalidade do istmo. A decisão da Costa Rica de romper relações com Taipei para iniciá-las com o governo de Pequim representou uma ameaça a essa aliança e poderia produzir um efeito dominó no resto da região.

ÁFRICA	Ano reconhecimento
Burkina Faso	1994
Gambia	1995
São Tomé e Príncipe	1997
Suazilândia	1968
AMÉRICA	
Belize	1969
El Salvador	1961
Guatemala	1960
Haiti	1956
Honduras	1965
Nicarágua	1990
Panamá	1954
Paraguai	1957
República Dominicana	1957

São Cristovão e Neves	1983
Santa Lucia	1984-1997; 2007
São Vicente e Granadinas	1981
EUROPA	
Santa Sé	1942
OCEANIA	
Ilhas Marshall	1998
Ilhas Salomão	1983
Kiribati	2003
Nauru	1980-2002; 2005
Palau	1999
Tuvalu	1979

Fonte: Ministério de Relações Exteriores da República da China (Taiwan)

A relação entre China e América Central está conjuntamente circunscrita num contexto diplomático singular. A pequena região centro-americana é palco de uma guerra diplomática entre China e Taiwan; o último é seu sócio tradicional, mas vem perdendo a batalha na ofensiva da RPC, novo sócio do Istmo, determinado em ganhar espaço junto a esses antigos aliados de Taipei.

2.1- Ofensiva de cooperação de Taipei

Mesmo com vínculos comerciais menos favoráveis os governos centro-americanos ainda sustentam – tanto no plano bilateral como no marco regional do Sistema de Integração Centro-americano (SICA) – a decisão de reconhecimento a Taiwan. Isso se dá em função das razões históricas que tem origem na Guerra Fria, na ajuda financeira que Taiwan tem enviado a América Central nos últimos anos e, através disso, no consenso gerado nas elites e na opinião pública do Istmo.

O apoio taiwanês aos centro-americanos se dá em dois níveis: diretamente para os países e também para as instituições de integração regional. No plano bilateral, Taiwan financia projetos de desenvolvimento econômico e outorga doações a ministérios governamentais. No plano regional, o país posicionou-se como o principal doador para as entidades de integração regional, tal como para a construção do edifício da Secretaria de Integração Econômica Centro-americana (SIECA) e diversos projetos do SICA, no qual possui status de observador extrarregional, além de contribuinte e membro do Banco Centro-americano de Integração Econômica (BCIE).

Embora não tenha a dimensão de grandes doadores, a cooperação de Taipei realiza-se sob condições muito favoráveis. Suas categorias são a financeira não-reembolsável, a reembolsável e a técnica. A financeira atende demanda dos Estados, geralmente para infraestrutura e desenvolvimento, além de atenção de emergências oriundas de desastres naturais. A cooperação técnica consiste no envio de especialistas em projetos de desenvolvimento, entre os quais destacam-se os projetos agrícolas, tema em que Taiwan possui reconhecida experiência.

Nos últimos anos, Taipei tem aprofundado seus programas em cooperação financeira não-reembolsável com seus aliados centro-americanos no intuito de desalentá-los a seguir o exemplo da Costa Rica.

Mesmo a Nicarágua sandinista, cujo governo, em parâmetros históricos, estaria mais próxima da China comunista, conserva seus vínculos com Taiwan. A cooperação financeira não-reembolsável que este país recebeu no período 1996-2000 foi de US\$ 29,8 milhões. Entre os destinos do monte, a Casa Presidencial ficou com sete milhões, o Exército com dois milhões, e a Assembleia e a Polícia Nacional com um milhão cada. (PERALTA, sem data). Empresas taiwanesas mantêm investimentos de maquilas em zonas francas, que geram postos de trabalho num país onde o desemprego é um problema crucial e cujo TLC firmado com Taipei, em vigência desde 2008, dinamiza as relações bilaterais.

Já na Guatemala, a cooperação com Taiwan nos últimos três anos chegou aos 45 milhões de dólares, destinados a maior parte na ampliação da rodovia que conecta a capital com a região do Caribe, e os convênios entre os países mantêm-se. Os dados oficiais de El Salvador refletem uma cooperação bem mais baixa, de 16 milhões e 400 mil dólares entre 2009 e 2011, destinados principalmente a projetos de desenvolvimento em agricultura, educação, tecnologia, saúde e segurança pública, mas o governo salvadorenho afirmou que não tem planos de modificar o estado das relações diplomáticas com a ilha asiática. Em Honduras há especulações sobre as aproximações entre Tegucigalpa e Pequim desde que em abril de 2013 uma missão do país liderada pelo ministério de Relações Exteriores viajou a China para negociar um financiamento de 300 milhões de dólares para um projeto hidroelétrico denominado Patuca III (AFP/EL FARO, 2013).

Mas segundo Gabriel Aguilera Peralta, ex-ministro de Relações Exteriores da Guatemala entre os anos 1996 e 2000, há ainda outro tipo, inusitado e polêmico, de cooperação de Taiwan.

Una dimensión no transparente de la cooperación se refiere a la entrega de recursos financieros para campañas políticas o para el uso discrecional de presidentes y jefes de Estado. Estas transferencias financieras, conocidas como «diplomacia del dólar», han dado lugar a denuncias y, en algunos casos, al inicio de procesos judiciales en contra de líderes centroamericanos acusados de recibir –directamente o por medio de terceros– donaciones, en ocasiones millonarias, supuestamente destinadas a fundaciones de desarrollo o de cultura política, pero sin haber comprobado el debido uso. El argumento de Taiwán es que los recursos se entregan a quienes los presidentes deciden y que son ellos los responsables del uso dado a la donación, que en esos casos no es sometida a procedimientos de auditoría (Peralta, p.174).

À parte dessa polêmica, de tais relações de cooperação e amizade Taiwan espera-se que os países centro-americanos assumam a defesa de suas posições nos espaços internacionais, em especial nas Nações Unidas, respaldando suas aspirações de ingressar como membro de plenos direitos aos organismos internacionais. Como consequência dessa opção de política exterior de laços oficiais com Taipei que perdura por várias décadas, a América Central mostra-se dividida entre a generosa ajuda taiwanesa e a promessa de amplos negócios com Pequim.

Contudo, se há poucos anos era mais fácil para analistas centro-americanos afirmarem que “*todo indica que Centroamérica continuará con su pertinaz política de apoyo a Taiwán*” (Peralta, p.171) hoje, no mundo pós-crise econômica 2008, e de diversos outros acontecimentos e cenários sócio-políticos tanto no Istmo como na relação Taipei-Pequim, já não parece tão simples asseverar que a América Central se manterá de costas para o dragão.

3- Pragmatismo econômico-comercial

Tradicionalmente, a China evitou fazer negócios com aliados de Taiwan, mas em junho de 2010 ambas as nações assinaram o “Acordo Marco de Cooperação Econômica” que dá condições para que trabalhem num mesmo país. O acordo sem precedentes firmado entre Pequim e Taipei dá amplo impulso aos intercâmbios entre as partes. O Acordo reduz as tarifas para a exportação de 539 categorias de produtos taiwaneses e à importação de 267 categorias chinesas. O pacto permite ainda o acesso de companhias taiwanesas a 11 setores de serviços no continente, entre eles o bancário, seguros e hospitais. As tarifas alfandegárias caem a zero (REINOSO, 2010).

A oportunidade da América Central a partir desse acordo está no fato de que o mercado asiático fica assim aberto com todas as facilidades para os produtos centro-americanos para a oferta de alimentos e de matéria-prima tanto quanto possa assimilar suas capacidades de produção. El Salvador, Honduras, Nicarágua, Panamá e Guatemala, porém, não parecem ter planos imediatos de abandonar

Taiwan, mas a cooperação e a assistência econômica dessa antiga relação diplomática tampouco parecem dar indícios de que compensará a falta de ampla relação econômica com a China. Para um acordo de livre comércio com a RPC se necessitariam relações diplomáticas e a percepção do crescimento espetacular da economia chinesa hoje somada, particularmente, a observação dos benefícios do TLC Sino-Costarricense, permitem aos fiéis aliados centro-americanos de Taipei encontrar um cenário para possível reconsideração de suas posições.

As relações econômicas de mercado no mundo globalizado parecem ser critério do pragmatismo das decisões dos Estados centro-americanos, e este é o ponto precisamente onde a RPC leva larga vantagem, com números muito mais atraentes. De um comércio praticamente inexistente durante várias décadas, os intercâmbios comerciais com a China após 2001 passaram da irrelevância a uma situação onde o país se encontra em terceiro lugar de origem de importações de vários dos Estados centro-americanos.

Na observação dos números da balança comercial entre a América Central e a China¹, vê-se a força do impacto do crescimento econômico chinês e sua expansão no istmo.

Importação	Exportação	Saldo
178.520.488,00	16.143.557,00	162.376.929,00
Importação	Exportação	Saldo
214.861.398,00	16.546.288,00	198.315.110,00

Importação	Exportação	Saldo
2.441.517.134,00	350.124.973,00	2.091.392.162,00
Importação	Exportação	Saldo
262.061.748,00	186.410.625,00	75.351.123,00

De acordo com as estatísticas do SICA², o fluxo de comércio com a China no ano 2000, antes da entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC) era de US\$162,4 milhões. Em 2012, foi de US\$2,1 bilhões, isto é, um extraordinário aumento de 1287%. Já no caso de Taiwan, o fluxo comercial diminuiu; de um saldo de US\$ 198,3 milhões no ano 2000 para US\$ 75,3 milhões em 2012, ou seja, uma diminuição de 62% no intercâmbio de comércio. Entre os números das exportações para os dois países, que eram praticamente iguais no ano 2000, na casa apenas dos 16 milhões, em 2012 alcançou 186 milhões para Taiwan, sendo para China, no entanto, ainda maior, atingindo mais de 350 milhões, o dobro do que com Taipei.

3.1- América Central em um negócio da China?

Quando se associa o perfil de exportações dos países da América Latina concentrado em *commodities* e a necessidade de alimentos, matérias-primas agrícolas, minerais e combustíveis por

¹ Todas as tabelas foram elaboradas com dados do Sistema de Estatísticas de Comércio da América Central. *Vide* <http://estadisticas.sieca.int/siecadb/>.

² O SICA compreende os subsistemas político, econômico, social, cultural e meio ambiental. Apesar de Panamá e Belize serem membros plenos do SICA, eles não participam do subsistema de integração econômica, nem portanto, do Mercado Comum Centro-americano.

parte da China durante a aceleração do seu crescimento compreende-se a expansão das exportações desta região para a potência asiática.

De acordo a Barbosa (2011) no período 2000-2008 presencia-se tanto o aquecimento e a diversificação da expansão chinesa – ampliando a demanda por bens do início da cadeia dos setores energético, metalúrgico e de infraestrutura – e a conseqüente elevação do preço das *commodities* exportadas pelos latino-americanos. Nesse período as exportações latino-americanas multiplicam-se por 10,8 enquanto as importações oriundas da China ampliam-se em 10 vezes.

Ressalta-se, contudo, que 90% das exportações regionais para a China são provenientes de apenas quatro países, a saber: Brasil, Chile, Argentina e Peru. Do outro lado, a China dirige a maior parte das suas exportações aos mercados dos países desenvolvidos – cerca de 50% vão para Estados Unidos, União Europeia e Japão – além dos outros mais de 30% destinados ao Sudeste Asiático. Apenas 4% das exportações chinesas se dirigem para a América Latina, mas esta região responde por 25% dos produtos agrícolas consumidos pela China e por 13% dos produtos minerais.

Portanto, o mercado latino-americano aparece como marginal para o desempenho exportador chinês, mas tem importância maior nas importações. Ainda assim, o comércio com a América Latina é secundário frente a seus vínculos asiáticos e ocidentais e como a RPC importa da região basicamente *commodities* as vantagens trazidas por ela para os países latino-americanos pode se transformar em um fator de vulnerabilidade.

Essa ênfase no continente pode ser explicada, então, por um projeto estratégico mais definido que os chineses dão sinal de possuir, tal como obter combustíveis, minerais e produtos primários e oferecendo como compensação investimentos e empréstimos. A América Central, em particular, pode ter sua relação com a China entendida sob essas circunstâncias. Seus movimentos no istmo centro-americano parecem ser o de buscar países pequenos com potencial para fazer negócios, contratos ou concessões. Em termos geoeconômicos, a América Central responde a uma parte da política expansionista chinesa, de posicionar-se no mundo, que lhe permitiria consolidar influência no Pacífico.

O processo chinês atrativo para os centro-americanos inclui o crescimento de suas importações de consumo, setor em que a América Central tem potencial de capacidade exportador em bens agroindustriais, café, farinha de peixe, alimentos frescos e processados, além de buscar ser destino do novo turismo chinês e, principalmente, dos fluxos de Investimento Estrangeiro Direto (IED). Mas obstáculos objetivos, como custo de transporte, precariedade infra-estrutural e atraso tecnológico, contribuem para impedir a fluidez dessas possibilidades.

3.1.1 - A Febre de canais interoceânicos na América Central

Cientes disso, empresários chineses iniciaram uma extraordinária ofensiva de negócios na América Central, com processos de investimentos como construtores de canais interoceânicos na Nicarágua e em Honduras atendendo necessidades estruturais dos Estados centro-americanos, e as suas próprias demandas para facilitar o comércio.

Em junho de 2013 o governo nicaraguense assinou um contrato de enormes polêmicas com o empresário chinês Wang Jing para iniciar os estudos da rota que poderá unir através do seu território os oceanos Atlântico e Pacífico, a um custo de 40 bilhões de dólares. A empresa *HK Nicaragua Development* (HKND) terá uma concessão de 100 anos sobre o canal, num projeto que inclui ainda uma linha ferroviária, um oleoduto dois portos e dois aeroportos. Rejeitado estrondosamente pela oposição, que acusou o presidente Daniel Ortega de vender a soberania do país, o projeto tem sido apresentado como a solução dos grandes problemas do país.

E logo depois de anunciado o acordo que foi denominado de “pacto Orte-Wang”, o presidente de Honduras, Porfirio Lobo, também anunciou a assinatura do memorando de entendimento com outra empresa chinesa, interessada em construir uma ferrovia interoceânica com mais de 600 km. O convênio com a companhia *China Harbour Engeneering Company* oferece investimentos de 20 bilhões de dólares no projeto que também incluirá dois portos e uma refinaria.

Tanto na Nicarágua como em Honduras os megaprojetos estão sujeitos a estudos de viabilidade e ambos os governos afirmaram que as obras não representarão competição para o Canal do Panamá, senão um complemento que dinamizará o comércio entre a Ásia e as Américas.

Além disso, outros movimentos da aproximação comercial sino-centroamericana são claros e contínuos, como se observa nas notícias empresariais sobre a região (vide notas de rodapé 3, 4, 5 e 6).

Guatemala continua sendo um aliado político de Taiwan, mas interage comercialmente com a China desde 2008, quando o país estabeleceu em terras Mayas uma Câmara de Comércio. Guatemala possui um Tratado de Livre Comércio com Taiwan e busca abrir um escritório com os mesmos fins na China, em 2013, para facilitar o comércio³. O setor privado hondurenho também espera os benefícios de estreitar relações comerciais com o gigante asiático. Honduras já possui uma relação um fluxo comercial com a China e o governo quer ter relações comerciais com qualquer país que oferece vantagens competitivas⁴.

Na Nicarágua, a maior empresa de telecomunicações da China, *Xinwei*, recebeu em janeiro de 2013 a autorização do ente regulador das Telecomunicações para operar no país no campo da telefonia celular e internet. O país asiático investirá cerca de dois bilhões de dólares no país dos Sandinistas. A concessão tem vigência de três anos. Logo de instalada na Nicarágua a *Xinwei* poderá acessar a toda a região com a tecnologia que competirá com as companhias *Claro Movil*, do México, e da *Telefónica Movistar*, da Espanha⁵. E em El Salvador, ocorreu em 2010 a primeira Exposição Comercial da República Popular da China no país, com a participação de 50 empresas chinesas. Na ocasião, o presidente salvadorenho, Mauricio Funes, chegou a declarar a imprensa que poderia estabelecer vínculo diplomático com a China⁶. Ainda em 2010, os dois países inauguraram a Câmara de Comércio no país centro-americano, e a contraparte em Pequim.

Nesse contexto, os países centro-americanos têm uma posição uníssona: as relações comerciais com a China não devem afetar as relações diplomáticas com Taiwan. E isso especialmente porque, hoje, mesmo entre as duas Chinas, existe amplo fluxo comercial.

4. Considerações finais

A ascensão da China já representa uma mudança das relações comerciais, e também diplomáticas, entre a América Central e ambos os lados do Estreito de Taiwan.

A China hoje também usa mecanismos econômicos para influenciar a estrutura das relações diplomáticas do Istmo. Costa Rica foi a primeira, em 2007, a romper relações com Taipei em favor da

³ Guatemala espera abrir em el 2013 una oficina comercial en China. **Univisión noticias**. Disponível em: <<http://feeds.univision.com/feeds/article/2012-06-25/guatemala-espera-abrir-en-el?refPath=/noticias/mundo/noticias/>>. Último acesso: em 17 jan 2013.

⁴ EMPRESARIOS aplauden relación Honduras-China. **Centroamérica Data**. Disponível em: <http://www.centralamericadata.com/es/article/home/Empresarios_aplauden_relacionamiento_Honduras_China> Último acesso em: 17 jan 2013.

⁵ NICARÁGUA autoriza operaciones a firma china de telecomunicaciones. **EFE**. Manágua, 11 jan 2013. Disponível em: <<http://mx.noticias.yahoo.com/nicaragua-autoriza-operaciones-firma-china-telecomunicaciones-174800664.html>>. Último acesso em: 17 jan 2013.

⁶ EL SALVADOR analiza establecer relaciones diplomáticas com China. **Reuters**. San Salvador, 22 novembro 2010. Disponível em: <<http://www.terra.com.mx/noticias/articulo/997968/El+Salvador+analiza+establecer+relaciones+diplomaticas+con+China.htm>>. Último acesso em: 18 jan 2013.

China, na expectativa de que os benefícios obtidos pelo fluxo comercial com a RPC, impulsionados por um TLC estabelecido entre as partes, superem a assistência em cooperação técnica e econômica que tradicionalmente recebia de Taiwan.

A ONU não reconhece a Taiwan, e apenas 23 Estados do mundo possuem relação diplomática com a Ilha, seis deles são os da América Central. Para evitar um efeito dominó na política exterior de seus aliados centro-americanos, Taiwan trata de desenvolver também laços comerciais mais profundos, em que se destaca o TLC assinado com El Salvador e Honduras também em 2007.

Mas ciente que a força e o tamanho do seu mercado são cada vez mais atraentes para os países centro-americanos, a China usa dessa posição para reconfigurar a relação trilateral América Central-China-Taiwan. Daí é plausível considerar que a influência de Taiwan no Istmo será ofuscada pela da RPC, embora os centro-americanos não veem objeção em manter vínculo diplomático com Taiwan e levar a cabo atividades comerciais cada vez maiores com a China. A restrição aqui é chinesa, já que, sua afirmação de “apenas uma China”, significa que tratados de livre comércio só podem ser assinados pelos centro-americanos com quem possuem vínculos diplomáticos, isto é, Taiwan. E esses tratados com a China, não obstante, aparecem como de interesse da América Central.

Do ponto de vista estritamente comercial há janelas de oportunidade tais como o café, outros alimentos e o turismo, mas o mercado centro-americano é muito pequeno, assim como sua oferta exportadora. A China poderá atrair-se pelos recursos naturais e minerais da região que tem se expressado através das intenções de investimentos diretos, em que se vêem empresas chinesas envolvidas em projetos de infraestrutura e transporte em países centro-americanos, principalmente o megaprojeto de construção do canal interoceânico da Nicarágua. São novos campos que se abrem sem revelar um futuro claro particularmente em matéria ambiental, o que poderia comprometer seriamente o ordenamento jurídico de países do istmo através dessas concessões empresariais.

O governo taiwanês reconhece essas demonstrações de força da economia chinesa, e, portanto, não se opõe a que seus aliados centro-americanos façam negócios com a China, sob o risco de ter as relações diplomáticas com esses encerradas com brevidade. Ainda que a probabilidade de aliança com a China, no atual tecido da economia global seja grande, a paciência oriental para o manejo do delicado contexto diplomático sino-centro-americano será determinante na configuração mais ou menos célere de uma relação trilateral para uma bilateral.

5. Bibliografia

AFP/EL FARO. (2013) Presidente de China visita una Centroamérica que aún tiene fuertes lazos con Taiwán. Disponível em: <http://www.elfaro.net/es/201305/internacionales/12238/>. Último acesso em 15 agosto 2013.

AGOSIN, Manuel; MARTINI, Pablo Rodas; SAAVEDRA-RIVANO, Neantro. **El surgimiento de China: una visión desde América Central**. Banco Interamericano de Desenvolvimento: Región II: Istmo Centroamericano, México, Haiti e República Dominicana, 2004.

BANCO MUNDIAL. Datos: China. Disponível em: <<http://datos.bancomundial.org/pais/china>>. Último acesso em: 17 jan 2013.

BARBOSA, Alexandre F (2011). China e América Latina na nova divisão internacional do Trabalho. In: **A China na nova configuração global**. IPEA. Brasília.

BO, Yu (2009). Alianza República Popular China y Costa Rica. In: MONTERO, Marta Trejos (ed). **Relaciones China-Costa Rica: um referencia para Centroamérica**. Centro Internacional para el Desarrollo Humano: San José. p. 13-19.

BRUSA, Marcelo D. (2013). China premia a Costa Rica su ruptura con Taiwán con multimillonarias inversiones. **El Faro**. Disponível em: <http://elfaro.net/es/201306/internacionales/12278/>. Último acesso em 15 agosto 2013.

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. China. **The Economist**. Disponível em <http://country.eiu.com/China>>. Último acesso em: 17 jan 2013.

MENDES, Carmem Amado (2010). Ásia, Segurança e Poder: a China e a Cooperação Sul-Sul. **Revista Relações Internacionais**.

MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES REPÚBLICA DA CHINA (TAIWAN). **Diplomatic Allies**. Disponível em: <<http://www.mofa.gov.tw/EnOfficial/Regions/AlliesIndex>>. Último acesso em: 17 jan 2013.

MURILLO, Alvaro (2013). China también pone los pies en Centroamerica. **El País**. http://internacional.elpais.com/internacional/2013/05/31/actualidad/1370020663_113194.html

MURILLO, Alvaro. (2009) La aventura china em Centroamérica. **El País**. Disponível em: <http://elpais.com/m/internacional/2009/01/20/actualidad/1232406005_850215.html>. Último acesso em: 17 jan 2013.

PERALTA, Gabriel Aguilera. De espaldas al dragón: las relaciones de Centroamérica com Taiwán. **Nueva Sociedad: democracia y política en América Latina**, n. 203. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3360_1.pdf>. Último acesso em: 15 jan 2013.

REINOSO, José. (2010) China y Taiwan firman el acuerdo comercial más importante de su historia. **El País**. Disponível em: http://internacional.elpais.com/internacional/2010/06/29/actualidad/1277762406_850215.html Último acesso em :15 jan 2013.

Sistema de Estatísticas de Comércio da América Central. Disponível em: <http://estadisticas.sieca.int/siecadb/>